

Ata da 6ª. Reunião do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação

Petrópolis, 29 de setembro de 2011.

A primeira chamada foi realizada às dezoito horas sendo iniciada a reunião após segunda chamada às dezoito horas e trinta minutos, do dia 29 de setembro de 2011 na Avenida Ipiranga, 544, Centro, Petrópolis, estando presentes os conselheiros; Srs. Kelson Vieira Senra Secretário de Habitação, Mérilen Sá Monteiro Dias representante do Gabinete do Prefeito, José Paulo Hammes Martins representante da Associação da Casa da Cidadania, Carolinne Matias Souza Marchiori representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sérgio José Hammes representante do CDDH, Hélio Ricardo Gomes representante do Fórum de Associações de Moradores, Mary Rose Vizeu Knibel Cid representante da Secretaria de Obras, Jayme Mendonça Neto representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Agricultura, Adriano Arpad Moreira Gomes representante da FIRJAN, Carlos Jorge Guimarães representante da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, contando ainda com as presenças da Sra. Gilda Jorge, ouvinte, Presidente da Casa dos Conselhos, a Sra. Maria de Fátima Leite Ribeiro, ouvinte, representando a FIRJAN e Sra. Carla Guerra Peixe de Miranda Fonseca secretária executiva do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Justificada a ausência da Sra. Ilka Beatriz Albuquerque Fernandes representante do CREA/RJ. Dando início aos trabalhos o Secretário de Habitação, Sr. Kelson Vieira Senra fez leve explanação sobre sua atuação e os trabalhos já desenvolvidos por ele na área de habitação. Levantou o envolvimento dos diversos segmentos da sociedade no processo habitacional e solicitou a participação efetiva dos membros do Conselho. Informou sobre as obras que estão sendo desenvolvidas pela Secretaria de Habitação no momento, citando as do Independência e Estrada da Saudade. Informou ainda sobre as iniciativas referentes às áreas de risco onde já foi feito mapeamento do primeiro distrito e agora está acontecendo no segundo distrito de Petrópolis e, mencionou ainda as setenta e duas unidades habitacionais que serão construídas na Posse, além do PHLIS. Quanto a este último, PLHIS, esclareceu que o mesmo está sendo executado em etapas, a primeira que corresponde a metodologia que já se encontra finalizada, a segunda etapa está em andamento, e corresponde a reuniões com a comunidade e levantamento de dados para realização de uma proposta de ação, e, uma terceira etapa onde as diretrizes e propostas de ação serão apresentadas em audiência pública e virarão efetivamente o Plano habitacional do município. Dando prosseguimento, fez saber que após avaliação de acordo com as perspectivas para o ano de 2012, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social terá um orçamento de R\$ 526.000,00 (quinhentos e vinte e seis mil reais), com rubricas de aquisição de terreno e projetos. Explicou que através do Fundo seriam possíveis as realizações de parcerias com empresas privadas visando à área habitacional, citando como exemplo os projetos de Minha Casa e Minha Vida que acontecem em outros municípios. Colocou que o CDDH está credenciado para realizar tais parcerias. Informou que existem, além desta, outras possibilidades de aplicação desta verba. O Sr. Kelson declarou que a Secretaria de Habitação está envolvida e acompanhando de perto a parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para atendimento as famílias desabrigadas, assim como as obras que estão sendo realizadas pela FIRJAN. Passou então aos temas de pauta, solicitando a inversão da mesma com início pelo tema orçamento, visto a necessidade de direcionamento das ações a serem realizadas pelo mesmo em 2012. O Sr. Jayme tomou a palavra e colocou achar o orçamento para 2012 razoável, enfatizou, entretanto se o mesmo seria usado ano que

vem para a aquisição de terrenos ou obras voltadas aos desabrigados e como este ano existe obras voltadas para este fim, se não seria melhor a verificação do que realmente foi executado para então se definir a aplicação dos recursos para o ano de 2012. Perguntou o que de concreto havia sido realizado na questão dos desabrigados. O Sr. Sérgio Hammes informou que existe junto a Caixa Econômica um terreno escolhido que estaria no aguardo de vistoria por parte dos técnicos da mesma, desde nove de agosto. Fora este terreno existem outros, conforme explicou, em condições para avaliação. Perguntou então quantos cadastrados existiam na Secretaria no cadastro para o programa Minha Casa Minha Vida, ao que obteve de resposta 5.000 (cinco) mil Cadastrados. O Sr. Carlos Jorge colocou que existem pessoas morando em áreas de consideradas de risco que, muitas das vezes, com pequenos reparos em suas residências ou no entorno, seria possível a solução do problema e a família poderia ser mantida no mesmo local. Perguntou se não haveria possibilidade do Fundo ser usado com esta finalidade. O Sr. Adriano retrucou dizendo haver implicações legais que deveriam ser levadas em consideração sugeriu que seria interessante o mapeamento da área de risco no município. A Sra. Maria de Fátima entrevistou e reforçou que área de risco é área de risco e que se a Prefeitura intervir com benfeitorias poderia ocorrer problemas. A Sra. Carolinne falou sobre as áreas de APP nas quais você não pode intervir. Tomando a palavra a Sra. Mary Rose esclareceu que o que o Conselheiro Carlos Jorge quis colocar foi atendimento a casos pontuais. Sr. Jayme declarou que existem famílias que já pagam IPTU, luz, que estas poderiam ser atendidas, que existem vários caminhos que poderiam ser seguidos referente à área habitacional. Sr. Carlos Jorge reforçou seu pedido dizendo já haver registro do fato através de diversos laudos arquivados em sua Secretaria. O Secretário de Habitação falou que o orçamento do Fundo deve ser usado em uma área mais geral da habitação. Deu exemplos como os projetos para obras no Independência, Estrada da Saudade, urbanização do Alto da Serra. Colocou que já há alguns anos vem se estudando e agindo em direção a uma ação integralizada, o que atualmente é visto como a solução mais correta para os assentamentos precários. Definiu tais ações como composições dispendiosas e demoradas e que muitas vezes os municípios por não conseguirem arcar sozinhos com os custos, procuravam parcerias, entretanto acredita ser o caminho mais correto a ser tomado visando o futuro. Citando o Sr. Jayme quanto à abertura de frentes, esclareceu que uma dessas frentes que estavam tentando abrir seria a da parceria com instituições particulares para produção de moradias. Falou ainda sobre a responsabilidade do gestor do fundo junto aos demais órgãos, tais como Ministério Público. Frisou que o orçamento proposto para o ano que vem está voltado para a aquisição de imóveis e projetos direcionados principalmente a parcerias. Quanto as intervenções pontuais, para serem atendidas deve ser levado em consideração o plano de área risco do município, visto a diversidade de áreas inadequadas a habitação. O cuidado deve ser extremo para que não se façam obras em locais impróprios. Tem convicção de que este assunto deve ser discutido não só pela Secretaria de Habitação. No seu entendimento deve-se ampliar a produção de unidades habitacionais. Deve-se criar uma estratégia de ação visando a urbanização de assentamentos precários, produção habitacional, assentamento de famílias que se encontram em área de risco. A Sra. Maria de Fátima perguntou qual seria o critério da Prefeitura para criar as unidades habitacionais para essas famílias em área de risco. Teve como resposta que a prioridade seria o atendimento aos desabrigados. Que um total de 1.500 (mil e quinhentas) unidades deverá ser construído no município, 400 (quatrocentas) unidades em um primeiro chamamento, 1.200 (mil e duzentas) unidades em um segundo lote. Espera-se que ainda este ano seja realizada licitação para 800 (oitocentas) unidades habitacionais aproximadamente. O Sr. Jayme perguntou se as 400 (quatrocentas) unidades serão

construídas no Cuiabá e Benfica. Foi esclarecido pelo Sr. Kelson que não, existe também terrenos em outros locais como na Mosela. Sr. Jayme perguntou ainda se está havendo participação da Prefeitura no chamamento das empresas. O Sr. Kelson colocou que o chamamento é público e existe divulgação, entretanto esclareceu que desta vez, visto novo chamamento, uma vez que o primeiro não logrou êxito, a Prefeitura está participando da divulgação, e que uma das formas foi através dos jornais. Aproveitou para, retornando ao orçamento, solicitar a reflexão do conselho quanto à aplicação da verba para o ano de 2012 e lembrar a importância do referendo deste conselho quanto ao uso desses recursos. Apesar do acolhimento dos conselheiros quanto à diretriz para uso do orçamento, foi sugerido pelo Sr. José Paulo que este tema fosse discussão em próxima reunião, para que todos pudessem analisar melhor o assunto. Ficou então deliberado que o tema seria colocado em pauta para a próxima reunião. O Sr. Sérgio Hammes levantou a questão de que em audiência pública teria sido dito que existe verba este ano no Fundo, sendo informado pelo Secretário de Habitação que este ano o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social possui apenas R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Que existem recursos na Secretaria de Habitação, que são principalmente recursos de contrapartida de convênios e contratos, e outros que estão sendo veiculados para a área habitacional. Foi então solicitado, pelo Sr. Sérgio, esclarecimentos quanto aos projetos, como estaria o desenvolvimento de cada um. Foi também informado pelo Secretário de Habitação que existem prioridades e que cada um está sendo cuidado administrativamente e que se houvesse interesse poderia trazer um informe mais detalhado na próxima reunião. O Sr. Sérgio solicitou que tal informe fosse enviado junto com a convocação dos conselheiros para análise anterior a reunião. Sr. José Paulo reforçou a fala do Sr. Sérgio e argumentou que só agora o Conselho está tendo oportunidade de participação efetiva e gostaria de maiores informações pois como órgão representativo de um setor da sociedade civil vê-se cobrado por quem representa. Sr. Kelson disse não haver problemas em disponibilizar informações quanto aos trabalhos da Secretaria de Habitação e acha importante dar maior credibilidade ao Conselho, porém pediu que os conselheiros mantivessem o foco durante as reuniões visto que o Conselho delibera sobre o Fundo Municipal de Habitação. Deu prosseguimento aos assuntos de pauta e apresentou mais detalhadamente o PLHIS. Informou que em um primeiro momento foi realizada a metodologia, em um segundo momento estava sendo realizado o diagnóstico, com 20 reuniões junto as comunidades, que já haviam sido realizadas 8 (oito) e que as demais seria feitas em outubro. Colocou que existem alguns problemas formais junto a Caixa Econômica Federal em relação à instituição contratada, que deverá ser trocada ou então a Prefeitura assumirá a execução do processo. Após a realização das reuniões faltantes serão convocadas as audiências públicas para que sucessivamente se retire uma proposta e depois um Plano definitivo. Solicitou que o conselho tenha participação efetiva neste processo. Sr. José Paulo tomando a palavra respondeu ter participado de três das reuniões do PLHIS e que em apenas uma delas o quorum foi um pouco maior, contando com 30 pessoas, que em outras duas, como a do Alto da Serra só compareceram 8 (oito) pessoas. Falou que os representantes do conselho têm condições de convocar a participação popular para as reuniões e se colocou a disposição. O Sr. Sérgio Hammes sugeriu que a última reunião do PLHIS fosse feita um fórum. O Secretário de Habitação mencionou ser possível fazer as reuniões com mais participantes até para ter um maior envolvimento da população, mais fez lembrar que a equipe da Secretaria é pequena e temos prazos a serem cumpridos. O Governo Federal estipulou como prazo final para entrega do Plano Habitacional de cada Município, que tenha pretensões de receber verba para a área habitacional, o final deste ano. Informou que o Plano Habitacional dos Estados estão em

discussão, e nestas reuniões foi retirado um pedido de dilação dos prazos junto ao Governo Federal, e se espera que haja esta dilação não só para os estaduais como para os municipais. Disse ainda que temos até março/abril de 2012 para terminar o PLHIS. A Sra. Maria de Fátima apresentou sugestão para que as reuniões do PLHIS fossem divulgadas de forma mais pública possível, através de jornais, divulgação junto às associações de moradores, panfletos, release. O Secretário de Habitação concordou mais solicitou cuidado para que não fosse criada uma expectativa muito grande nas pessoas. Comunicou que em outubro será realizado o cronograma das reuniões do PLHIS e que buscará a ajuda do Conselho para a divulgação. A Sra. Maria de Fátima solicitou a divulgação junto a Assessoria de Comunicação do Gabinete. O Sr. Carlos Jorge disponibilizou o cadastro existente na SETRAC para consulta se necessário. Passou-se então para o Regimento Interno. O Sr. Kelson colocou que o Regimento Interno ainda encontrava-se na Procuradoria e que deveria ser aprovado em reunião que estaria para agendar com a mesma. Levantou a questão do quorum de 2/5 (dois quintos) para abertura dos trabalhos do Conselho, considerando ser um número muito pequeno de participação, visto a importância das questões tratadas pelo mesmo, dificultando a deliberações sobre questões de suma importância na área habitacional do município. Requereu que se passasse de 2/5 (dois quintos) para metade mais um (50% +1). Tratou também sob a questão da utilização do orçamento quanto a responsabilidade do uso da verba que cabe ao Secretário de Habitação e quanto a prestação de contas da mesma. Colocou que existem obrigações legais e burocráticas a serem respeitadas e prazos a serem cumpridos com tempos diferentes e que não podem ficar vinculados ou submetidos uns aos outros. O Sr. José Paulo deixou claro que o Conselho segue uma Lei maior a 11.124 e as leis de criação do Fundo e Conselho, não restando dúvida quanto ao papel do Secretário de Habitação como gestor e executor do Fundo e a do Conselho que deve deliberar mediante a utilização dos recursos. Voltando-se a questão do quorum o Sr. Paulo falou que não se opõe a mudança, porém que haveria o risco de não conseguirem obter quorum para as reuniões. O Sr. Jayme opinou no sentido de se manter 40% (quarenta por cento). Após solicitação do Sr. Kelson foi mantido o quorum de 50% mais um e deliberou-se o envio de novo texto do Regimento Interno à Procuradoria para aprovação. Passou-se então para outro assunto de pauta, a eleição dos Conselheiros representantes da sociedade civil. O Sr. Sérgio Hammes propôs que fosse realizada a eleição dos novos conselheiros junto as reuniões do PLHIS. O Secretário de Habitação explicou que ainda não formou opinião de como deveria ser realizada esta eleição. Fez menção ao diversos segmentos da sociedade que devem ser estimulados a participação. Acha que o momento do PLHIS pode não ser o melhor momento para esse tipo de discussão. Propôs que fosse acrescido no Regimento Interno uma disposição transitória, com prazo de 4 (quatro) a 6 (seis) meses para a permanência dos atuais conselheiros, criando assim um período de tempo maior para viabilização do Regimento Interno e para a realização das eleições. Foi deliberado então em plenária que seria acrescentado no Regimento Interno esta disposição transitória. Deliberou-se ainda que as próximas reuniões serão realizadas todas as quartas-feiras de cada mês. . Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada as vinte e uma horas. Ata redigida por Carla Guerra Peixe de Miranda Fonseca e, estando conforme, vai assinada pela mesma e pelos demais Conselheiros. XXX.